



LEI GERAL

DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

**AÇÃO PARLAMENTAR
PARA O DESENVOLVIMENTO**

**Mais empresas,
mais empregos,
mais renda.**

► **Lei Geral e parlamentares.**

Uma parceria pelo fortalecimento da micro e pequena empresa e pelo crescimento do País.

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa inaugura um novo ciclo de desenvolvimento para o Brasil. A nova legislação significa um importante avanço para os pequenos negócios, promovendo um tratamento diferenciado, simplificado e que favorece o segmento que mais gera renda e empregos em todo o País. E para que os empresários dos 5.564 municípios brasileiros possam ter acesso aos benefícios da lei, a atuação de todos os vereadores, deputados e senadores é fundamental. Seja parceiro da Lei Geral e lute pela sua regulamentação e implantação. As micro e pequenas empresas e, principalmente, os milhões de brasileiros que empreendem contam com a sua participação.



Por que apoiar os pequenos negócios?

As micro e pequenas empresas são as grandes geradoras de trabalho no País. Para se ter uma idéia da capacidade de geração de empregos desse segmento, estudos indicaram que 96% dos empregos formais criados entre 1995 e 2000 são provenientes de micro e pequenas empresas.

Vale destacar que cerca de 70% dos municípios brasileiros têm até 20 mil habitantes. Neles, os pequenos negócios são responsáveis pela totalidade ou pela maioria dos empregos oferecidos pela iniciativa privada. Acrescenta-se a isso o fato de que os pequenos negócios são cativos do município, mantendo a distribuição, circulação e fixação da riqueza na própria comunidade. É interessante dizer que as empresas de menor porte também exercem uma grande influência na economia das médias e grandes cidades como geradoras de postos de trabalho e renda.

Merece ser ressaltado ainda que o apoio às micro e pequenas empresas também estimula a formalização do segmento. Só com empresa constituída os empreendedores terão acesso às políticas públicas de crédito, segurança do trabalho, previdenciária, entre outras.

Por fim, soma-se o fato de que uma importante parcela da economia nacional está sustentada no segmento das micro e pequenas empresas. Dela fazem parte:

- 5 milhões de empresas, que representam 99,2% dos empreendimentos formais;
- 98% dos empreendimentos rurais;
- 10,3 milhões de empresas informais;
- 13,8 milhões de pessoas empregadas em empresas informais urbanas;
- 57,4% da mão-de-obra empregada com carteira assinada;
- 13,8 milhões de pessoas ocupadas em 4,1 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar.

O que é a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa?

A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é uma política pública de desenvolvimento sustentável que envolve a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com a designação de Estatuto Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte – Lei Complementar 123/06, a Lei Geral foi sancionada em 14 de dezembro de 2006, após três anos de intensos debates e mobilização, que envolveram mais de 100 mil empreendedores em manifestações por todo o País.

O principal objetivo da Lei Geral é criar um ambiente favorável às micro e pequenas empresas, estimulando a competitividade, a redução da informalidade e o incentivo à inovação tecnológica, com benefícios para toda a sociedade.

A nova legislação assegura benefícios em três pontos essenciais para a abertura e consolidação dos empreendimentos:

- **redução da carga tributária;**
- **desburocratização;**
- **estímulos ao desenvolvimento do pequeno negócio.**

Na maioria dos casos, a **redução da carga tributária** ocorrerá com a **integração de oito impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a partir de 1º de julho de 2007, quando entra em vigor o Simples Nacional.**

Em relação à **desburocratização**, o empreendedor terá mais tempo para se dedicar às atividades de seu negócio, uma vez que deverá ir a um único órgão para cuidar da regularidade do seu empreendimento. Ainda haverá **simplificação no processo de abertura, alteração e fechamento de empresas.**

A nova lei oferecerá mais oportunidades, pois está previsto **o acesso das micro e pequenas empresas às compras governamentais, à tecnologia, ao crédito, à exportação e aos juizados especiais.**

De um modo geral, o que cada parlamentar pode fazer para apoiar os pequenos negócios?

Os parlamentares têm a missão constitucional de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. Eles podem exercer essa atribuição nos municípios, nos estados, no Distrito Federal e na União para verificar se as leis e normas publicadas cumprem o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido estabelecido pelos artigos 146, 170 e 179 da Constituição Federal e pela própria Lei Complementar 123/2006.

Entre as normas da Lei Geral que devem ser acompanhadas estão a preferência das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, a destinação para o segmento de 20% dos recursos públicos direcionados à inovação e à tecnologia, e a fiscalização orientadora que dá prazo para a solução de problemas.

Aos parlamentares também compete cuidar do permanente aprimoramento das leis de interesse das micro e pequenas empresas para que sejam adequadas à realidade do segmento.

Outra missão da classe parlamentar é estimular os governadores, os prefeitos e as respectivas equipes a formularem e implantarem políticas regionais norteadas pelo novo marco regulatório.

Especificamente, o que podem fazer os deputados federais e os senadores em favor dos pequenos negócios?

Na esfera da União, os deputados federais e os senadores podem reforçar as atividades da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa no acompanhamento da regulamentação da Lei Geral e das comissões da Câmara dos Deputados e do Senado. A Frente vai promover caravanas nos estados para estimular a efetivação da nova legislação. Trata-se de um movimento suprapartidário que conta com representantes de todos os partidos.

Lançamento da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa



No mesmo sentido, o que os deputados estaduais e distritais podem fazer?

Nos estados e no Distrito Federal, os deputados estaduais e distritais têm a oportunidade de aproveitar a Lei Geral para complementar as ações federais e induzir os estados e os municípios no sentido de construir um ambiente favorável para os pequenos negócios.

Nos estados e no DF, é preciso definir também os limites de enquadramento das micro e pequenas empresas que serão adotados pelos municípios. Isso servirá para a aplicação da redução das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Outra missão desses parlamentares é cuidar para que os benefícios do Simples estadual e distrital sejam mantidos, conforme prevê o artigo 18, parágrafo 20, da Lei Geral.

Eles também podem participar da criação da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa no estado ou no município e abrir espaços para a discussão do tema. No Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre outros, já existem frentes parlamentares próprias.

E o que os vereadores podem fazer para ajudar a causa dos pequenos negócios?

Os vereadores têm a missão de disseminar a Lei Geral pelos 5.564 municípios e alcançar novos avanços em favor do segmento. Eles devem trabalhar também para a manutenção dos incentivos fiscais do ISSQN, conforme prevê o artigo 18, parágrafo 20, da Lei Geral.

Como representantes do povo, eles possuem legitimidade para sensibilizar o prefeito e debater com os líderes empresariais a implantação dos benefícios. Nos municípios, cinco medidas precisam ser publicadas pelo prefeito para transformar a Lei Geral em realidade:

- ▶ Decreto que defina as atividades de alto risco. Isso servirá para conceder às demais atividades o Alvará de Funcionamento Provisório e a dispensa de vistoria prévia, com o objetivo de autorizar o início imediato do funcionamento da empresa;
- ▶ Decreto que regulamente o critério de fiscalização orientadora por meio de dupla visita. De acordo com a Lei Geral, em todas as constatações de irregularidades que não sejam de alto risco para os consumidores e para os trabalhadores, os fiscais da Prefeitura, antes de multar, vão orientar e acertar o prazo para a solução do problema;
- ▶ Convênio com a Secretaria Estadual de Fazenda e a Junta Comercial, visando a estabelecer que a empresa instalada no município trabalhe com um único número de identificação fiscal e um único local para entrada de documentos;
- ▶ Legislação ou decreto que estimule as compras públicas em micro e pequenas empresas locais, com estabelecimentos de metas e medidas de qualificação e valorização de compradores e fornecedores;

- ▶ Lei Geral Municipal, aprovada pela Câmara dos Vereadores e sancionada pelo prefeito, que deverá regulamentar vários dispositivos da Lei Geral.

Por que os vereadores devem votar e aprovar a Lei Geral Municipal?

Porque a aplicação da Lei Geral vai permitir mais negócios, empregos e renda nos municípios. Essa é a principal colaboração das Câmaras de Vereadores para a efetivação das novas regras. Os vereadores devem debater a proposta com a prefeitura e a classe produtiva.

A título de sugestão, uma minuta de Lei Geral Municipal está disponível no **Guia do Prefeito Empreendedor**, nos seguintes endereços eletrônicos:

- **Portal do Sebrae (www.sebrae.com.br);**
- **Portal da Lei Geral (www.leigeral.com.br).**



O que deverá constar na Lei Geral Municipal?

A legislação municipal deverá conter normas claras no que se refere a:

- incentivos fiscais;
- inovação tecnológica e educação empreendedora;
- associativismo e regras de inclusão;
- incentivo à geração de empregos;
- incentivo à formalização de empreendimentos;
- unicidade no processo de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas;
- criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;
- simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para fins de registro, legalização e funcionamento de empresas, inclusive com a definição das atividades de risco considerado alto;
- regulamentação do parcelamento de débitos relativos ao ISSQN;
- preferência nas aquisições de bens e serviços dos órgãos municipais em micro e pequenas empresas locais.



Em Sud Mennucci (SP), a Prefeitura disponibiliza internet veloz e gratuita por Hi-Fi, sistema sem fio

Aonde buscar bons exemplos de apoio aos pequenos negócios?

Essas experiências vêm sendo reunidas, desde 2001, pelo Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor no seguinte endereço eletrônico: www.prefeitoempreendedor.sebrae.com.br

Confira alguns exemplos que tiveram ampla participação das Câmaras de Vereadores:

- ▶ Em Porto Alegre – RS, a prefeitura criou o **Alvará na Hora**. O prazo de entrega do documento diminuiu de três horas para, no máximo, 25 minutos;
- ▶ Em Caruaru – PE, em função dos incentivos fiscais concedidos às empresas que se instalaram no novo distrito industrial, a prefeitura obteve a geração de 5 mil empregos diretos e 15 mil indiretos.

As empresas podem funcionar nos imóveis residenciais?

Sim, em várias situações. O Alvará de Localização é de competência do município. Em Belo Horizonte, por exemplo, os empreendedores podem abrir e manter empresas em casas ou apartamentos. A autorização foi dada pela Lei 6.831, de 18 de janeiro de 1995. Nos Estados Unidos, dos 22 milhões de negócios em atividade, 17 milhões são domiciliares.



Foto: Márcia Gouthier/ASN

A designer gráfica Cláudia Barcellos utilizou lei municipal para montar o escritório da própria empresa na sua casa, em Belo Horizonte



Quais os estímulos inseridos na Lei Geral para atrair os empreendedores à formalidade?

A Lei Geral foi concebida justamente para estimular a formalização de pequenos negócios irregulares, combinando desoneração tributária, desburocratização e estímulos reais ao desenvolvimento.

A idéia central da nova legislação é tornar as micro e pequenas empresas competitivas na formalidade em relação às médias e grandes empresas e diante da economia informal.

Há solução para a informalidade?

Deve-se levar em conta o fato de que a solução nunca ocorre em curto prazo. Impedir os informais de trabalhar acarreta uma série de efeitos negativos para a própria comunidade. É fundamental identificar e negociar saídas com os próprios informais, inclusive com incentivos fiscais.

Um caso exemplar de desestímulo à informalidade no comércio é a campanha **Tô Legal em Embu**, promovida pela Prefeitura de Embu das Artes (SP). A campanha resultou na regularização de 88% dos 550 expositores da Feira de Artes, um dos principais atrativos turísticos da cidade. Convocados a pagar impostos, os próprios expositores reconheceram que todos precisavam honrar o pagamento dos tributos devidos ao poder público. Em contrapartida, a prefeitura isentou empreendedores que mantêm seus pequenos negócios no endereço em que residem.



Foto: Divulgação

A campanha da prefeitura de Embu (SP) regularizou 88% dos 550 expositores da Feiras das Artes

Como o acesso das MPE às compras governamentais pode ajudar na formalização dos empreendimentos?

Um dos principais atrativos da Lei Geral à economia formal é o acesso diferenciado e favorecido às compras governamentais de bens e serviços. Somente os empreendimentos de menor porte que estejam legalizados podem participar desse bilionário mercado.

De acordo com as novas regras, os poderes públicos poderão comprar por ano das micro e pequenas empresas até 25% das aquisições públicas. Estima-se que isso equivale a R\$ 65 bilhões dos R\$ 260 bilhões previstos para compras dos governos. Atualmente, os pequenos empreendimentos fornecem 17% das aquisições públicas, cerca de R\$ 44,2 bilhões.

Quais medidas podem ser adotadas para assegurar tratamento diferenciado aos pequenos negócios nas aquisições públicas?

Confira os principais benefícios assegurados às micro e pequenas empresas nas aquisições públicas, conforme prevê o Capítulo 5 – Acesso a Mercados:

- ▶ preferência nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80 mil;
- ▶ subcontratação de micro e pequenas empresas, desde que não exceda a 30% do total licitado;
- ▶ cota de até 25% do objeto em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível;
- ▶ critério de empate se as propostas forem até 10% ou 5% superiores à proposta vencedora, nos casos, respectivamente, de licitações e pregões eletrônicos;
- ▶ emissão de cédula de crédito comercial para os créditos não pagos em até 30 dias, contados da data da liquidação.

Os municípios e os estados vão perder arrecadação?

É provável que haja pequenas perdas temporárias apenas para as grandes cidades, o que será revertido em curto prazo devido à formalização de novas empresas e ao aumento das receitas declaradas pelas empresas já constituídas.

A Fundação Getúlio Vargas aponta, no cenário mais otimista, um acréscimo anual de arrecadação de até R\$ 10 bilhões. Isso ocorrerá se houver a formalização de mais 4 milhões de empresas e o crescimento de 50% da receita das empresas já formalizadas.

De um modo geral, as perdas vão se concentrar na Receita Federal. Para Previdência, estados e municípios, o impacto será menor, em função da regularização de mais empregos e empresas.

Segundo a Receita Federal, um ano após a implantação da lei que criou o Simples, em 1996, a renda declarada das empresas havia aumentado 125%.

O que pode ser feito além da Lei Geral?

Os parlamentares precisam ter claro que a Lei Geral é um ponto de referência. Por isso, o desafio é buscar diálogo permanente com o Executivo e as classes produtoras. Propostas específicas podem ser discutidas em cada estado e município para consolidar o novo ciclo de desenvolvimento que vai resultar da Lei Geral. Para isso, deve-se:

- conscientizar a comunidade a fazer compras no mercado local;
- divulgar o potencial da região para atrair investimentos;
- organizar a interlocução com o setor privado local para a realização de novas iniciativas empresariais;
- propor e debater projetos voltados ao desenvolvimento;
- difundir as linhas de crédito oferecidas no município;
- promover eventos relativos ao Dia da Micro e Pequena Empresa, que é comemorado no dia 5 de outubro, e criar o Dia do Desenvolvimento;
- discutir questões de meio ambiente e de responsabilidade social relacionadas às empresas;
- estimular a participação dos empreendedores e dos servidores públicos em cursos de formação empreendedora;
- articular a criação de programas locais de inovação tecnológica e a implantação de sistema de internet rápida e de telecentros nos municípios;
- desonerar as taxas públicas;
- Instituir o funcionamento de empresas domiciliares.



Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Uma mobilização da sociedade,
empresários e parlamentares
para impulsionar os pequenos negócios
e o crescimento do Brasil.

Acesse
www.leigeral.com.br

Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

O início de um ciclo de desenvolvimento
para os pequenos negócios e para o Brasil.

realização:



apoio:



Serviço Brasileiro de Apoio às
Micro e Pequenas Empresas